ISSN: 2358-8829

DA PREVISÃO LEGAL À IMPLEMENTAÇÃO: A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA BÁRBARA-BA (2015–2022)

Ana Paula Mendes Duarte

Mestre em Educação pelo PPGE/UEFS – e-mail: corujaeducacao@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo, das Águas e das Florestas constitui uma construção histórica e política vinculada às lutas dos povos do campo pelo direito a uma educação que reconheça seus territórios, modos de vida, formas de trabalho, culturas e saberes. Nessa perspectiva, não se reduz à localização geográfica da escola em área rural: pressupõe a participação dos sujeitos do campo na formulação das políticas e a construção de práticas educacionais contextualizadas. Caldart (2009) destaca que a Educação do Campo se constitui no movimento das lutas sociais e na afirmação do campo como espaço de vida e produção de conhecimento.

Este trabalho resulta da dissertação de mestrado “Lugares e não-lugares da Educação do Campo: um olhar para as políticas públicas educacionais em Santa Bárbara-BA”, defendida em 2025 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Para esta comunicação, realiza-se um recorte da investigação, concentrando a análise no percurso entre a previsão legal e a implementação da Educação do Campo no Plano Municipal de Educação (PME) de Santa Bárbara-BA, entre 2015 e 2022.

Santa Bárbara apresenta forte presença da população do campo: no recorte analisado na dissertação, aproximadamente 55% da população residia no campo. Essa característica torna especialmente relevante investigar o lugar ocupado pela Educação do Campo no planejamento municipal. O problema que orientou a pesquisa foi compreender o impacto das políticas públicas de educação, a partir da elaboração e implementação do PME, na Educação do Campo do município. Neste recorte, objetiva-se analisar como as especificidades da Educação do Campo foram incorporadas ao PME e em que medida os processos de implementação e monitoramento materializaram essas previsões no período estudado.

A discussão parte da compreensão de que a existência de marcos legais não garante, por si só, a efetivação do direito à Educação do Campo. Entre o reconhecimento normativo e a experiência concreta das escolas situam-se decisões de planejamento, financiamento, formação, currículo, organização da rede e participação social. É nesse intervalo que se tornam visíveis os “lugares” e “não-lugares” ocupados pela Educação do Campo na política municipal.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com análise documental e levantamento bibliográfico. A análise qualitativa buscou compreender sentidos e significados presentes nas políticas educacionais, considerando os documentos como produções sociais atravessadas por contextos históricos, políticos e culturais. A análise documental apoiou-se em Cellard (2012), para quem o exame do documento exige atenção ao contexto de produção, autoria, autenticidade, natureza, conceitos-chave e lógica interna.

O corpus documental teve como eixos principais o Plano Municipal de Educação de Santa Bárbara, instituído pela Lei Municipal nº 520/2015 e posteriormente alterado, o Documento Curricular Referencial de Santa Bárbara (2021), o Plano Nacional de Educação, relatórios de monitoramento do PME referentes a 2017, 2020, 2021 e 2022 e documentos da Secretaria Municipal de Educação relacionados às escolas do campo. Também foram mobilizados dados educacionais para comparar a configuração da oferta em 2015 e 2022.

Na análise do PME, as 196 estratégias foram lidas e classificadas quanto à aproximação com princípios e marcos legais da Educação do Campo. A dissertação trabalhou com três níveis de aproximação (baixo, médio e alto) considerando a presença de elementos relacionados à contextualização curricular, escolas rurais, classes multisseriadas, formação, acesso, permanência e demais especificidades do campo. O estudo também examinou a participação social na elaboração e no monitoramento do Plano e confrontou a previsão documental com informações sobre a organização da rede municipal.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação do Campo é compreendida como projeto educacional construído a partir dos sujeitos, territórios e lutas sociais do campo, contrapondo-se à perspectiva que reduz a escola rural a uma extensão de modelos urbanos. Caldart (2009) assinala a historicidade dessa construção e sua relação com os movimentos sociais; Molina (2015) chama atenção para o enfrentamento das tendências das políticas públicas que desconsideram as especificidades dos sujeitos do campo. Hage (2010), ao discutir escolas e classes do campo, evidencia desigualdades e dilemas que exigem políticas capazes de reconhecer a diversidade territorial e pedagógica.

A dissertação também mobilizou a categoria de lugar e não-lugar como chave interpretativa. A partir de Augé (2000), o não-lugar foi transposto analiticamente para observar situações em que o reconhecimento formal não se converte em pertencimento, participação e materialidade política. No contexto investigado, essa chave permitiu discutir a tensão entre a

ISSN: 2358-8829

presença da Educação do Campo nos documentos e sua baixa centralidade no planejamento e na implementação municipal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do PME evidenciou uma primeira tensão: embora o documento mencione a Educação do Campo, nenhuma de suas vinte metas é especificamente destinada a essa modalidade. Das 196 estratégias analisadas, apenas 19 (9,69%) apresentaram alguma aproximação com princípios, concepções ou marcos legais da Educação do Campo. O dado indica que a temática aparece de forma transversal e tangenciada, sem ocupar posição central no planejamento educacional de um município marcadamente rural.

A participação social constituiu outro ponto de atenção. O PME registra a participação de organizações da sociedade civil, como a Comissão de Educação da Câmara de Vereadores e o Conselho Municipal de Educação, e menciona professores das escolas do campo nos grupos de trabalho. Entretanto, a documentação não registra participação de representações dos Movimentos Sociais do Campo, sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias, cooperativas, assentamentos ou outras organizações campesinas no processo de elaboração. Tal ausência fragiliza um princípio estruturante da própria concepção de Educação do Campo: a participação ativa de seus sujeitos na construção das políticas que lhes dizem respeito.

O monitoramento também revelou descontinuidades. A pesquisa teve acesso aos relatórios de 2017, 2020, 2021 e 2022; os documentos referentes a 2018 e 2019 não foram disponibilizados nem localizados no portal consultado. O relatório de 2017 apontou necessidade de realinhamento do PME ao PNE. Em 2020, no contexto da pandemia, 80% das metas eram registradas como não iniciadas. No ciclo 2021–2022, os documentos indicaram execução de 74 estratégias, correspondentes a 37,75%, embora permanecessem dificuldades relacionadas à atualização de indicadores e ao acompanhamento das metas. Esses elementos mostram que a existência do Plano não elimina os desafios de continuidade, registro e monitoramento da política.

O Documento Curricular Referencial de Santa Bárbara, elaborado em 2021, representa avanço ao reservar capítulo específico à Educação do Campo. Entretanto, a análise da dissertação identificou limites na transformação desse reconhecimento em proposições curriculares suficientemente específicas e contextualizadas. O documento se articula à BNCC e ao Documento Curricular Referencial da Bahia, mas permanece o desafio de consolidar currículo, formação docente e organização pedagógica capazes de dialogar de modo mais orgânico com os territórios, saberes e modos de vida do campo.

ISSN: 2358-8829

A configuração da rede municipal explicita outra contradição. Em 2015, foram identificadas 35 escolas no campo e 3.650 matrículas nas etapas consideradas pela pesquisa. Em 2022, o número de escolas foi reduzido para 21, enquanto as matrículas chegaram a 3.922. A comparação permitiu identificar 14 unidades que deixaram de funcionar em suas respectivas comunidades no período. A própria dissertação ressalva que a documentação disponível não permite distinguir, em todos os casos, fechamento e nucleação. O crescimento relativo das matrículas, sobretudo na creche e na EJA, impede uma leitura simplista de redução da oferta; contudo, a concentração das matrículas em menor número de unidades recoloca questões de deslocamento, vínculo territorial e relação entre escola e comunidade.

Os documentos também demonstram que as escolas do campo acessavam programas federais e estaduais, como PDDE Campo, PNAE, PNATE e PNLD, mas a pesquisa não identificou políticas e investimentos municipais próprios voltados especificamente à Educação do Campo no período analisado. Somam-se a isso lacunas relativas à formação continuada contextualizada, ao tratamento das classes multisseriadas, ao calendário vinculado às especificidades locais e à participação permanente dos sujeitos do campo.

Desse modo, os resultados evidenciam uma distância entre previsão e implementação. A Educação do Campo ocupa um lugar formal nos documentos municipais, mas esse reconhecimento convive com “não-lugares” produzidos pela baixa centralidade das pautas do campo, pela participação social insuficiente e por fragilidades de monitoramento e institucionalização. A questão central, portanto, não é apenas incluir a expressão “Educação do Campo” nos instrumentos de planejamento, mas construir condições políticas, administrativas e pedagógicas para que seus princípios se materializem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte apresentado demonstra que a institucionalização documental da Educação do Campo em Santa Bárbara constitui um avanço, mas não é suficiente para assegurar sua efetivação. Entre 2015 e 2022, o PME incorporou referências ao campo, porém sem metas específicas e com apenas 19 das 196 estratégias apresentando aproximação com a modalidade. Os processos de monitoramento revelaram descontinuidades e dificuldades de acompanhamento, enquanto a reorganização da rede reduziu o número de escolas em funcionamento nas comunidades rurais.

A análise reforça a necessidade de que o planejamento educacional municipal seja sustentado por diagnósticos situacionais robustos, contextualizados e pela participação efetiva dos sujeitos do campo. Além disso, o lugar da Formação continuada específica precisa ser

assegurado, bem como o currículo contextualizado, o acompanhamento das condições de oferta, a destinação de financiamento e mecanismos permanentes de monitoramento precisam constituir dimensões articuladas de uma política pública municipal, e não ações isoladas.

Retomar esses achados no momento em que novos ciclos de planejamento educacional são construídos permite transformar a pesquisa acadêmica em subsídio para a política pública. O desafio é fazer com que a Educação do Campo, das Águas e das Florestas deixe de ocupar apenas um lugar formal nos documentos e se consolide como lugar de direitos, participação, identidade, memória e produção de conhecimento enraizado nos territórios.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. Los “no lugares”: espacios del anonimato: una antropología de la sobremodernidad. 5. reimp. Barcelona: Gedisa, 2000.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

HAGE, Salomão Mufarrej. Concepções, práticas e dilemas das escolas do campo: contrastes, desigualdades e afirmação de direitos em debate. In: SOARES, Leôncio et al. (org.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 460-476.

MOLINA, Mônica Castagna. A Educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. Educação em Perspectiva, Viçosa, MG, v. 6, n. 2, 2015.

SANTA BÁRBARA (BA). Lei Municipal nº 520, de 19 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de Santa Bárbara.

SANTA BÁRBARA (BA). Documento Curricular Referencial de Santa Bárbara. Santa Bárbara, BA, 2021.

SILVA, F. D. S. CAVALCANTE, L. O. H.; ABREU, L. F. Relatório Técnico Anual do Projeto de Pesquisa Os Planos Municipais de Educação dos municípios do Território do Portal do Sertão: um estudo sobre a Educação do Campo. Feira de Santana: UEFS- PPGE, 2022 (Relatório de Pesquisa).

SOUZA, L. A. Educação do Campo em São Gonçalo dos Campos-BA: uma análise a partir do Plano Municipal de Educação. Dissertação de Mestrado. UEFS. 2023. Disponível em: http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/1430. Acesso em 09 de ago. 2024.